



## EXAME DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

<b>TC 015.426/2006-4</b>	<b>ESPÉCIE RECURSAL:</b> Embargos de Declaração.
<b>ENTIDADE/ÓRGÃO:</b> Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – MEC.	<b>DELIBERAÇÃO RECORRIDA:</b> Acórdão 10940/2011 (peça 33, p.18-19) que manteve os acórdãos 2134/2011 (peça 32, p.19-20) e 2078/2010 (peça 30, p. 30-33).
<b>RECORRENTE:</b> Cezar Augusto Carneiro Benevides.	<b>COLEGIADO:</b> 2ª Câmara.
<b>QUALIFICAÇÃO:</b> Responsável.	<b>ASSUNTO:</b> Prestação de Contas – 2005/ Recurso de Reconsideração/ Embargos de Declaração.
	<b>ITEM RECORRIDO:</b> Inteiro Teor

### 2. EXAME PRELIMINAR

	Sim	Não
<b>2.1. HOUVE PERDA DE OBJETO?</b>		X
<b>2.2. SINGULARIDADE:</b> O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela primeira vez?	X	
<b>2.3. TEMPESTIVIDADE:</b> <b>2.3.1.</b> O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCU?  Data de notificação da deliberação: <b>28/11/2011</b> (peça 50, p.1). Data de protocolização do recurso: <b>5/12/2012</b> (peça 58, p.1).	X	
<b>2.3.2.</b> O exame da tempestividade restou prejudicado por falta do ciente do recorrente ou por ausência da data de protocolização do recurso?		X
<b>2.3.3.</b> Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos?	N/a	
<b>2.4. LEGITIMIDADE:</b> <b>2.4.1.</b> O recorrente é parte legítima para interpor o recurso?  Justificativa: Trata-se de recurso interposto por responsável já arrolado nos autos, nos termos do art. 144, §1º, do RI/TCU.	X	
<b>2.4.2.</b> Em caso de representação processual, foi apresentada regular procuração?	N/a	
<b>2.5. INTERESSE:</b> Houve sucumbência da parte?	X	
<b>2.6. ADEQUAÇÃO:</b> O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a decisão recorrida?	X	
<b>2.7. FORAM PREENCHIDOS OS REQUISITOS ESPECÍFICOS?</b>  Em conformidade com o art. 287, <i>caput</i> , do RI/TCU, os Embargos de Declaração devem ser utilizados quando houver obscuridade, omissão ou contradição em acórdão do Tribunal, devendo o recorrente, além de alegar, apontar a obscuridade, omissão ou contradição que pretende impugnar no corpo da decisão.  No caso em exame, o Embargante alega a existência de omissão e contradição no Acórdão 10940/2011 – TCU – 2ª Câmara, posto que o <i>decisum</i> considerou regulares as contratações de professores temporários pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, no exercício de 2005, mesmo exercício das contratações ora tidas por irregulares e que ensejaram as penalidades aplicadas por intermédio do acórdão 2078/2010 – TCU – 2ª Câmara.	X	



<p>Por último, o recorrente requer o afastamento da penalidade a ele imputada, e caso não seja possível, pede a diminuição do valor a ser pago.</p> <p>Isto posto, passa-se a ao exame de admissibilidade.</p> <p><i>In casu</i>, verifica-se que já houve a interposição de Recurso de Reconsideração contra o acórdão 2078/2010 – TCU – 2ª Câmara, o qual foi conhecido, porém, no mérito, foi-lhe negado provimento pelo acórdão 2134/2011 – TCU – 2ª Câmara.</p> <p>Ato contínuo, os Srs. Manoel Catarino Paes Però, Elcio Roberto Queiroz Campos, Cezar Augusto Carneiro Benevides e Sebastião Luiz Mello interpuseram Embargos de Declaração em face do Acórdão 2134/2011 – TCU – 2ª Câmara os quais foram conhecidos, todavia, no mérito, foi-lhes negado provimento pelo acórdão 10940/2011 – TCU – 2ª Câmara.</p> <p>Nota-se, portanto, tratar-se de segundos embargos no presente processo.</p> <p>Considerando que esse exame cinge-se ao cabimento do recurso, sem indagar sobre a existência, ou não, de omissões, contradições ou obscuridades, verifica-se que o argumento apresentado pela embargante se enquadra, em tese, no que dispõe o art. 34 da Lei 8.443/92, restando atendido, portanto, o requisito específico de admissibilidade.</p> <p>Dessa forma, entende-se que os itens recorridos (9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6 do acórdão 2078/2010 – TCU – 2ª Câmara) por meio do Recurso de Reconsideração continuam suspensos ante a interposição destes novos Embargos de Declaração.</p> <p>Em face dos princípios da racionalidade administrativa, economia e celeridade processuais, faz-se oportuno e conveniente realizar, desde já, a análise de mérito dos presentes Embargos de Declaração, conforme solicitado pelo E. Relator no Despacho de <b>peça 62, p.1</b>. Tal medida também encontra guarida no art. 50, inciso II, da Resolução TCU 240, de 23/12/2010.</p>		
--	--	--

### 3. CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PRELIMINAR

<p>Propõe-se que:</p> <p><b>3.1.</b> sejam conhecidos os <b>Embargos de Declaração</b>, suspendendo-se os efeitos dos itens <b>9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6</b> do acórdão 2078/2010 – TCU – 2ª Câmara, com fulcro no art. 34, § 2º, da Lei 8.443, de 1992 e no art. 287, § 3º, do RI/TCU;</p> <p><b>3.2.</b> os autos sejam encaminhados à <b>Diretoria Técnica</b> desta Secretaria, para análise de mérito dos embargos, nos termos do art. 50, inciso II, da Resolução TCU 240/2010.</p>		
SAR/SERUR, em 24/2/2012.	Rafael Cavalcante Patusco AUGC Mat. 5695-2	<i>Assinado eletronicamente</i>